ZH ZERO HORA

Publicado em 14/05/2024 - 05:54

Planalto suspende a cobrança da dívida gaúcha por três anos

União confirma que vai interromper cobrança da dívida por três anos

Acordo anunciado ontem pelo Planalto busca aliviar as finanças gaúchas diante das demandas geradas pela crise climática

MATHEUS SCHUCH
matheus.schuch@rdgaucha.com.br
RBS BRASÍLIA

O governo federal anunciou ontem a suspensão da cobrança da dívida do Rio Grande do Sul por três anos. O valor das parcelas correspondente ao período – cerca de R$ 11 bilhões – será encaminhado a um fundo contábil para bancar a reconstrução da infraestrutura atingida pelas enchentes no Estado.

O acordo será enviado para análise do Congresso Nacional por meio de projeto de lei complementar. Os presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), participaram do anúncio.

– Não vamos descansar enquanto o Rio Grande do Sul não estiver em pé – disse o presidente Luiz Inácio Lula da Silva no ato.

Em coletiva de imprensa, Haddad afirmou que a União também não cobrará juros sobre o estoque da dívida durante a suspensão, o que representará renúncia de R$ 12 bilhões. Com isso, o alívio sobre o caixa do Estado, segundo a Fazenda, chegará a R$ 23 bilhões. Haverá, contudo, correção pela inflação medida pelo IPCA no período.

– O governo do Rio Grande do Sul vai, em vez de mandar o dinheiro para cá, ficar com o dinheiro. Em uma conta separada, para obras de reconstrução. Escolas, infraestrutura, hospital, aquilo que ele entender – disse Haddad.

O ministro afirmou ainda que, ao final do período de três anos, será avaliada a forma de retomada do pagamento da dívida.

Quitação

O governador Eduardo Leite, que participou da reunião de forma remota, disse que a suspensão temporária do pagamento da dívida é "um passo muito importante", mas alegou que outras medidas serão necessárias no médio e longo prazo. Leite sinalizou que o ideal seria o perdão definitivo da dívida, hoje estimada em cerca de R$ 104 bilhões.

– O melhor seria a quitação total desses valores. O pagamento dessa dívida se torna um torniquete insuportável para nosso Estado, mesmo antes dessa crise. É claro que ainda vamos permanecer discutindo o problema da dívida no longo prazo – disse.

Em sua fala, Lula destacou a presença no ato, além de Lira e de Pacheco, do vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin.

– Não teremos problemas de aprovar as coisas na Câmara, no Senado. Não teremos problemas no Tribunal de Contas da União, na Suprema Corte. Tudo será feito de comum acordo para que a gente possa atender o mais rápido possível as necessidades do povo gaúcho – alegou.

RICARDO STUCKERT/DIVULGAÇÃO

Além do presidente e do governador, participaram da reunião representantes dos demais poderes

Entenda

O QUE FOI ANUNCIADO
- Suspensão da cobrança da dívida do Estado com a União por três anos
- Sem cobrança de juros sobre o estoque da dívida no período

O ALÍVIO PARA O ESTADO
- **R$ 11 bilhões**, correspondentes ao valor das 36 parcelas que deixarão de ser pagas
- **R$ 12 bilhões**, correspondentes ao valor dos juros que deixarão de incidir sobre o estoque no período
- **Total: R$ 23 bilhões**

Lula retorna ao Estado amanhã

Durante o anúncio de ontem, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva também confirmou que virá ao Rio Grande do Sul novamente amanhã. Será a terceira visita dele ao Estado desde o início da tragédia climática.

Para viabilizar a vinda, Lula adiou uma agenda em Santiago, no Chile, que estava prevista para quinta e sexta-feira.

Segundo o presidente, a intenção é anunciar um conjunto de medidas voltadas a pessoas que sofreram prejuízos com as cheias.

– Eu estava com intenção de ir para o RS amanhã (*hoje*). A pedido dos ministros Haddad e Rui Costa (*Casa Civil*), vou anunciar uma série de medidas para as pessoas físicas, para que as pessoas comecem a repor o que elas perderam. Nós vamos tomar essa decisão conjunta. Aí sim, na quarta-feira, vamos anunciar as medidas que vamos tomar – falou.

Lula esteve em Santa Maria no dia 2 e em Porto Alegre no dia 5.

Leite repassa R$ 12 milhões aos abrigos

O governador Eduardo Leite anunciou, em coletiva de imprensa ontem, o repasse de R$ 12 milhões para melhorar as condições dos abrigos que estão recebendo as famílias afetadas pelas enchentes.

O valor equivale a cerca de R$ 150 por pessoa, uma vez que 80 mil pessoas são atendidas atualmente em 738 abrigos, distribuídos por 90 municípios. Do total, cerca de R$ 3 milhões serão destinados a Canoas, um dos municípios mais afetados.

Conforme Leite, o repasse será feito às prefeituras e vai complementar aporte já disponibilizado pelo governo federal.

– Temos 80 mil pessoas em abrigos, seja das prefeituras, seja da sociedade civil. Mesmo que o abrigo não seja do Estado, queremos dignificar e ajudar a estruturar a melhorar nesses espaços, onde as pessoas terão que conviver ainda durante muitos dias – afirmou Leite no anúncio.

MP decide investigar as causas da enchente

O Ministério Público do Rio Grande do Sul (MP) vai instaurar uma investigação para apurar questões referentes à cheia histórica em Porto Alegre e Região Metropolitana.

Conforme o MP, serão apuradas "todas as causas e consequências" envolvendo os alagamentos na Capital e região. Em especial, serão investigados os sistemas de proteção contra enchentes.

A intenção é apurar qual a interação desses sistemas com as características hidrológicas do Lago Guaíba e dos demais rios que nele deságuam, conforme o promotor de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre Felipe Teixeira Neto.

– O objetivo da investigação é encontrar soluções imediatas e a médio e longo prazos – afirma o promotor.

Melo

Em entrevista coletiva ontem, o prefeito de Porto Alegre, Sebastião Melo, disse que considera normal a decisão do MP, mas cobrou que a investigação se estenda a todos os municípios atingidos pela enchente.

– Se tem algo que não falta neste governo é transparência. Acho que não podemos é politizar o debate. Vou responder, mas buscar culpados e achar que é desse jeito que vai acontecer, politizando o debate, eu não vou fazer – argumentou Melo.

Ao lado do prefeito na coletiva, o diretor-geral do Departamento de Água e Esgoto (Dmae), Mauricio Loss, disse que a autarquia tem todas as documentações sobre o sistema de drenagem que passou a ser de responsabilidade do Dmae em 2019.

– Tudo está documentado, seja de reformas dos sistemas estruturais, de bombeamentos e elétricos, ou contratos de manutenção. Estamos muito tranquilos para comprovar isso – assegurou.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Pagina: 5

Copyright © Clipclap 2025.